

FEMINISMO LATINO-AMERICANO: O LEGADO TEÓRICO-CONCEITUAL DE HELEIETH SAFFIOTI

Maria Júlia Tavares Pereira¹

Resumo

Heleieth Saffioti foi pioneira nos debates brasileiros sobre as realidades das mulheres sob o capitalismo, articulando o que posteriormente seria chamado de "gênero" à classe social. Entre 1960 e 1980, a autora constatou a transversalidade de imbricações entre classe, gênero e raça/etnia, desenvolvendo a ideia de um nó que amarra tais contradições. Ela identificou uma duplicidade na condição das mulheres na sociedade de classes, composta pela subvalorização de capacidades consideradas femininas e por sua inserção periférica no mercado de trabalho. Este artigo propõe uma discussão descritiva de obras da autora, valendo-se de revisão bibliográfica, que elucida a diversidade de temas abordados por ela. Conclui-se que Saffioti produziu uma historicização e análises sociológicas de fôlegos sobre a situação das mulheres no Brasil, assim como ferramentas úteis de análise, posteriormente complexificadas por outros(as) estudiosos(as). Desse modo, a autora fornece um importante repertório para o projeto de retomada da centralidade da categoria de classe para estudos feministas.

Palavras-chave: Feminismo. Capitalismo. Trabalho feminino. Gênero.

Latin american feminism: the theoretical-conceptual legacy of Heleieth Saffioti

Abstract:

Heleieth Saffioti was a pioneer in Brazilian discussions about women's realities under capitalism, articulating what would later be the category "gender" to the category of social class. Between 1960 and 1980, she stipulated the broad presence of the overlap between class, gender and race/ethnicity, developing the idea of a knot that ties those contradictions. She identified a duplicity in women's condition under class society, sustained by the underestimation of abilities considered feminine and the marginalized insertion of women in the labor market. This article proposes a descriptive discussion of Saffioti's work, conducting a bibliographic review, which elucidates the diversity of issues addressed by the author. It concludes that she produced an important historicization and sociological analysis of women's situations in Brazil, as well as useful tools of analysis, later complexified by other scholars. Therefore, Saffioti's repertoire is a useful one for the reincorporation of class as a central category for feminist studies.

Keywords: Feminism. Capitalism. Female work. Gender.

¹ Mestranda em Ciências Sociais pelo PPGCSO/UFJF, integrante do grupo de estudos e pesquisa Geni - Gênero e Interdisciplinaridade (UFJF). E-mail: majutavares97@gmail.com.

Introdução

Não é nova a perspectiva de que a emancipação feminina depende da crítica ao sistema capitalista de produção. Já em 1963, Heleieth Saffioti (1934–2010), então professora do curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista – UNESP, campi Araraquara, desenvolvia estudos sobre a condição feminina e suas imbricações com problemáticas classistas. Naquele contexto, a autora foi além do que estava em vigência na academia: desvendou um nó entre determinações de classe, gênero e raça-etnia, a fim de indicar como se constituía o *modos operandi* da marginalização e vulnerabilidade de contingentes populacionais no Brasil.

Entre 1960 e 1980, a autora se dedicou ao estudo do trabalho feminino na sociedade capitalista e tornou-se referência nacional e internacional, quando a condição da mulher brasileira era pouco conhecida e ainda não havia um arcabouço teórico sobre os feminismos (GONÇALVES, 2011). Considerando a íntima relação da realidade brasileira com a realidade de outros países da América Latina, as barreiras teóricas ultrapassadas por Saffioti constituem também uma vitória para a construção de um feminismo latino-americano e para investigações sobre essa região do globo.

Enquanto teórica de cunho marxista, Saffioti dependia das traduções das obras de Karl Marx, que em português eram raras (GONÇALVES, 2011). Algumas das referências citadas pela autora são de obras em espanhol, o que reforça a ligação entre ela e a América Latina, nesse caso, no contexto acadêmico. Ao reconhecer os limites do marxismo enquanto ferramenta de compreensão da situação das mulheres na sociedade de classes, Saffioti propõe solucionar teoricamente tal lacuna.

Considerando a retração da centralidade da categoria *trabalho* na análise da vulnerabilidade das mulheres no interior da sociedade de classes, a ascensão crescente do pós-estruturalismo e da teoria *queer*, reflexos do declínio do socialismo real e de esperanças em superar a sociedade capitalista (MIGUEL, 2017), este artigo pretende reforçar a necessidade de retomar esforços como o de Saffioti.

A revisão bibliográfica valeu-se do levantamento de obras produzidas pela autora em diferentes momentos de sua trajetória enquanto pesquisadora. A análise do material levou em consideração os desdobramentos teórico-conceituais de cada obra, a fim de produzir uma discussão descritiva. Tal discussão procura expor a diversidade e a densidade da produção da

autora, inclusive como um guia para aqueles(as) que desejam conhecê-la. A apresentação segue a mesma lógica: inicialmente são elencados alguns pressupostos analíticos importantes; a segunda seção discute o trabalho feminino e o capitalismo, tema de peso na obra de Saffioti; a terceira seção retoma a crítica da autora às influências liberais sobre os movimentos feministas e a violência de gênero, pois são dois temas caros aos movimentos feministas, também porque desvendam a presença da práxis em seus esforços.

Pressupostos analíticos

Para Saffioti (2004), *gênero* representa uma gramática sexual, reguladora das relações entre ambos os sexos, assim como de pessoas do mesmo sexo. Em sua definição mais simplista, ele é a construção social do masculino e do feminino. Há um aspecto biológico por trás do *gênero*, para o qual a autora chama atenção. Ainda que sejamos seres sociais conscientes e responsáveis pela transformação da sociedade, nosso caráter natural permanece. Assim, a sociedade possui um fundamento biológico.

Entretanto, a autora indica que na conceituação do termo, partiu-se da premissa de que nossa anatomia biológica não determina nosso destino. O que ela questiona, é o abandono da noção de que o ser humano é uma totalidade, a partir da supressão do aspecto biológico da questão. Diferente do que estava consolidando-se em sua época, Saffioti elucidou o processo de corporificação da ideologia em sentidos literal e figurado. Ou seja, desvendou a existência de um arcabouço material para que as realidades imaginárias sejam criadas. De acordo com o que o feminismo marxista desenvolveria posteriormente, ela demonstrou a participação do corpo na construção do gênero, “quer como mão-de-obra, quer como objeto sexual, quer, ainda, como reprodutor de seres humanos” (SAFFIOTI, 2004, p. 125).

Por possuir uma tendência a elaborar socialmente aspectos naturais de sua existência, o ser humano tornou difícil a separação entre natureza real daquilo que constitui processo sociocultural naturalizado (SAFFIOTI, 2001). Daí emerge a necessidade de compreender os processos de naturalização de categorias culturais, como o gênero. O sexismo corresponde, justamente, à legitimação de preconceitos em relação às mulheres enquanto grupo social.

Na sociedade de classes, a sujeição das mulheres é diferente da dos homens. Para elas, a situação é de *dominação-exploração*,

não somente de exploração perante o capital. Tal fenômeno, uno, mas composto por duas facetas – de gênero e de classe –, segregava as mulheres do mercado de trabalho, expropriava delas papéis políticos, assim como também controla a sexualidade e a capacidade reprodutiva (SAFFIOTI, 2004). Quando Saffioti fala de *dominação-exploração*, ela nos mostra o caráter relacional dos fenômenos sociais. Sob o capitalismo, essas relações se dão a partir de um nó: gênero, raça-etnia e classe. Anteriormente separados, esses sistemas não caminham paralelamente, mas conjuntamente, constituindo um único sistema de poder.

Desse modo, não é possível falar simplesmente em preconceitos, mas sim em estruturas de poder. São elas os sustentáculos do machismo e da discriminação racial. Saffioti afirma ser necessário o esforço em estudar as relações de gênero no Brasil e em outros contextos, sem deixar de levar em conta suas imbricações com o capitalismo e o racismo, a fim de evitar comprometer os resultados da análise.

Sobre o poder masculino, ele “não é exercido apenas no seio dos grupos conservadores, estando também presente no interior dos contingentes progressistas e até mesmo radicais de esquerda” (SAFFIOTI, 2001, p. 17). Os movimentos de esquerda também são responsáveis pela reprodução da situação de vulnerabilidade das mulheres e, em especial, das mulheres trabalhadoras.

Para a autora, haveria uma falta de empenho de sindicatos em abranger reivindicações das trabalhadoras, como: creches, equidade salarial, denúncia de casos em que empregadas foram demitidas por terem engravidado etc. Nesse contexto, a construção da solidariedade de classe no interior do proletariado tornou-se ainda mais difícil. A ideologia machista, legitimadora da dominação exercida pelo homem sobre a mulher, mostrou-se importante ferramenta de contenção da união entre os trabalhadores e trabalhadoras.

A autora afirma que “o *poder do macho* no seio das classes trabalhadoras representa uma vitória da classe patronal e não uma conquista do trabalhador” (SAFFIOTI, 2001, p. 23). Essa seria uma barreira entre os trabalhadores e o avanço de suas lutas por justiça social.

Trabalho feminino e capitalismo

De acordo com Saffioti (1973), a ideologia contida na superestrutura, confere suporte à infraestrutura econômica, por isso

em seus estudos sobre problemáticas femininas, o *trabalho* é sempre um fio condutor. Para ela, o grau de participação de trabalhadoras no mercado de trabalho num contexto capitalista, constitui importante aspecto da práxis no pano de fundo macroestrutural do modo de produção.

A situação da mulher no Brasil constituiu-se através da contradição entre a igualdade de status jurídico, e a desigualdade da divisão em classes sociais (SAFFIOTI, 1976). Nesse cenário, a dominação masculina, mesmo aquela não estritamente atrelada à estrutura econômica, corrobora com os interesses dos que detêm o poder econômico.

Não obstante, Saffioti afirma que seria impossível libertar a mulher somente a partir da emancipação econômica. Ainda que fundamental, ela não é suficiente. Por isso,

A teoria socialista, na medida em que tenta derivar os fatores que envolvem a condição da mulher exclusivamente da estrutura econômica, perde de vista um certo grau de autonomia apresentado pelas outras estruturas e, com isso, a possibilidade de perceber plenamente, de um lado, a singularidade da condição feminina e, de outro, os possíveis sociais abertos ao planejamento central (SAFFIOTI, 1976, p. 84).

Mesmo que de uma perspectiva marxiana, a partir das experiências concretas do movimento socialista, ela percebeu a necessidade de encarar a situação das mulheres em sua totalidade. Não obstante, acredita que a perspectiva classista seja mais inclusiva do que as outras, principalmente pelo sucesso do capitalismo em produzir e reproduzir a ambiguidade *mulher trabalhadora-mulher dona-de-casa*, consolidando um exército de reserva composto por mulheres e à disposição do modo de produção (SAFFIOTI, 1973).

A construção social dos sexos garantiu justificativas para o distanciamento entre a posição das mulheres no mercado de trabalho e na família. O trabalho doméstico, então, consolidou-se enquanto meio de fortalecer mitos que mantenham a situação de vulnerabilidade das mulheres. Sob a influência do capitalismo global, as mulheres perderam suas funções produtivas, a qualificação da força de trabalho feminino reduziu-se, relegando a elas o desemprego e/ou subemprego. Assim, a autora chama atenção para o papel das relações capitalistas de produção na marginalização das mulheres na sociedade de classes, deixando de lado explicações anteriormente aceitas, que se baseavam em preconceitos de uma sociedade tradicional.

Para ela, o processo de mistificação por trás dos constructos de gênero, apresenta especificidades de cada subsistema integrado ao sistema mais amplo do capitalismo internacional. No entanto, ele possui características comuns, que conferem certa uniformidade à sociedade de classes (SAFFIOTI, 1976). Nesse sentido, a autora consolida uma perspectiva importante para estudos do contexto histórico-social da América Latina, assim como a possibilidade da existência de um feminismo latino-americano, baseado na ideia de que é preciso “encarar o problema feminino não como fenômeno de patologia social, mas como produto permanente da estrutura das sociedades capitalistas” (SAFFIOTI, 1976, p. 373).

Em conjunturas variáveis, é através da ideologia que a participação das mulheres é permitida ou reprimida pelo capitalismo. Juntamente com o preconceito de sexo, o preconceito de raça-etnia marginaliza parcelas da população na sociedade de consumo.

[...] faz-se a mais completa e racional utilização de critérios de ordem irracional, tais como a debilidade física, a instabilidade emocional e a reduzida inteligência femininas, a fim de imprimir-se ao trabalho feminino o caráter de trabalho subsidiário, tornando-se a mulher o elemento constitutivo, por excelência, dos contingentes humanos diretamente marginalizados das funções produtivas (SAFFIOTI, 1973, p. 32).

Ou seja, assim como ocorre com as características étnico-raciais, o sexo, cuja materialidade é biológica, é transformado em categoria social, marginalizante e constituidora de nichos ocupacionais para as mulheres, a partir do processo de naturalização daquilo que é, na realidade, social. Daí, por mais irracionais que pareçam as técnicas sociais, ao pretenderem e conseguirem moldar o comportamento humano de acordo com certos fins, são sempre racionais (SAFFIOTI, 1976).

Um dos nichos majoritariamente composto por mulheres, é o emprego doméstico. A partir de dados primário e secundários sobre a População Economicamente Ativa (PEA) em diferentes localidades, em especial, na América Latina (SAFFIOTI, 1978), a autora desenvolveu estudos quantitativos e qualitativos que identificaram a presença desse reduto de trabalho feminino no mercado de trabalho.

A presença massiva de mulheres no emprego doméstico possibilitaria, segundo a autora, desvendar problemas teóricos sobre a formação social capitalista e a permanência de formas de trabalho não-capitalistas. No contexto em que desenvolveu o estudo, Saffioti foi pioneira. A própria autora, a fim de justificar a relevância de seu estudo, indica que investigações sobre uma teoria de articulação entre o modo de produção capitalista e formas não-capitalistas de trabalho ainda não tinham se dedicado ao estudo do emprego doméstico.

Quanto a importância da autora para a construção de um conhecimento latino-americano sobre problemáticas femininas, é possível indicar como exemplo o fato de que ela constatou a necessidade de estudos sobre a realidade de países considerados subdesenvolvidos. Nesses países, havia maior presença de mulheres em serviços domésticos remunerados, ocupações mais relevantes para a economia destas localidades (SAFFIOTI, 1978).

Ao indicar como o trabalho extra-lar de mulheres brasileiras era sustentado por trabalho doméstico assalariado de outras mulheres, Saffioti antecipou pautas de movimentos feministas contemporâneos, assim como estudos sobre a bi-polarização do trabalho feminino (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2000).

[...] a independência econômica e a autonomia que dela deriva em várias dimensões da vida ancora-se no trabalho mal remunerado de outra mulher, cuja força de trabalho não é qualificada para permitir sua participação nas atividades capitalistas (1978, p. 128).

Ademais, considerando as relações Norte-Sul, seu trabalho pode ser encarado como precursor de estudos sobre a situação de vulnerabilidade de emigrantes latinas em países do hemisfério Norte (FALQUET, 2016). Neles, as trabalhadoras latinas, geralmente, são contratadas para o serviço doméstico, possibilitando que as mulheres nativas de tais países, se dediquem às suas carreiras.

Teoricamente, Saffioti (1978) problematizou a situação das empregadas domésticas em diferentes formações sociais capitalistas, especialmente para as menos industrializadas, ou de industrialização dependente. Daí, ao se esforçar em distinguir para cada formação social, em cada região, mecanismos comuns e sua abrangência ideológica, para que as mulheres ocupem e permaneçam em ocupações desvalorizadas social e

financeiramente, a socióloga consolida importante base para a construção de um pensamento feminista latino-americano.

De acordo com Saffioti, ao permanecer restrita, a estrutura ocupacional do setor capitalista no Brasil concedeu espaço ao fenômeno da remuneração do emprego doméstico. Ao preservar e gerar atividades de contextos não-capitalistas, o capitalismo perpetua esta atividade com peso relativo especialmente na periferia do sistema capitalista internacional. Tal argumento possibilita estabelecer paralelos entre o que a autora constata sobre o Brasil, e estudos sobre o subemprego ou precarização do trabalho na América Latina (ABRAMO; VELENZUELA, 2016).

Assumindo a postura de Rosa Luxemburgo de que o capitalismo necessita, a fim de reproduzir-se, do meio não-capitalista, presume-se que este meio será cultivado na periferia do sistema capitalista internacional com muito maior vigor que no seio do capitalismo hegemônico (SAFFIOTI, 1978, p. 192).

Outrossim, a relação entre capitalismo e formas não-capitalistas é essencial para a consolidação desse sistema de produção.

É ao nível da própria produção de bens de produção e de meios de subsistência que se faz a articulação entre o modo de produção capitalista e as formas não-capitalistas de produzir, integrando-se estas subordinadamente no complexo da produção capitalista nas formações sociais dominadas pelo capitalismo (SAFFIOTI, 1978, p. 185).

Ou seja, a autora constata não ser interessante ao sistema capitalista eliminar formações não-capitalistas presentes em seu interior. Elas consolidam uma parcela de força de trabalho passível de ser absorvida por atividades capitalistas em momentos de desenvolvimento econômico, cuja possibilidade de sobreviver enquanto tais momentos não emergem, depende das formações não-capitalistas, entre elas, o emprego doméstico.

As formas capitalistas se aproveitam da exploração dos trabalhadores (as) diretamente subordinados ao capital, assim como daqueles cujos trabalhos são remunerados com renda, como ocorre com as empregadas domésticas. E mais, haveria maior contingente de mulheres nesse contexto de remuneração, assim como a presença marcante delas em subempregos (SAFFIOTI, 1978).

O papel de capitalismo nesse processo de proletarização do trabalho doméstico, é constantemente ressaltado pela socióloga. É

justamente o capitalismo que possibilita o assalariamento da força de trabalho ocupada com emprego doméstico, ainda que as atividades desempenhadas não possam ser consideradas capitalistas, pois não estariam diretamente subordinadas ao capital, mas sim a renda pessoal, essa, geralmente, subordinada ao capital.

Desse ponto, Saffioti desenvolve importante discussão teórica sobre o caráter improdutivo do trabalho doméstico remunerado, retomando aspectos da teoria marxiana. Modo de produção e formações sociais capitalistas deveriam, segundo ela, ser diferenciados. Num contexto capitalista, o trabalho produtivo deve gerar mais-valia para o capitalista, afinal, é trocado diretamente por capital, enquanto o trabalhador recebe o valor de sua força de trabalho. Por ser remunerado por renda pessoal, e não diretamente pela valorização do capital, o emprego doméstico não poderia ser considerado trabalho produtivo.

Portanto, a força de trabalho assalariada da trabalhadora doméstica pertence à forma não-capitalista intrínseca às formações sociais reguladas pelo modo de produção capitalista. Seu lugar, a família, é consolidado como meio de reprodução ampliada do capital. Não obstante, ainda que sob um véu não-capitalista, são as atividades da empregada doméstica que possibilitam a produção e reprodução da força de trabalho, garantias concretas da reprodução do capitalismo. A trabalhadora é superexplorada, por não aproveitar dos benefícios do sistema, já que sua exploração é permeada pela exploração clássica do capitalismo.

O assalariamento das atividades domésticas foi necessário à sua consolidação no contexto capitalista, assim como a constância da divisão social do trabalho de acordo com os sexos – ou *divisão sexual do trabalho*. Ao indicar esse aspecto do problema, Saffioti (1978) deixa escapar o caráter crítico e, às vezes, revolucionário de seu trabalho, pois indica ser “preciso lutar” e a necessidade de “reestruturar a sociedade de classes em novas bases” (p. 197).

Esboço de uma crítica ao feminismo liberal e a violência de gênero no Brasil

Dois pontos centrais da obra de Saffioti são sua crítica ao que chama de *feminismo pequeno-burguês*, conhecido, em sua forma contemporânea, como *feminismo liberal*, e também seus esforços concretos de combate à violência de gênero no Brasil, desenvolvendo estudos e integrando espaços político-institucionais para lidar com a problemática – como o Conselho Estadual da

Condição Feminina, do estado de São Paulo. Ambos os pontos parecem compartilhar de um aspecto comum, ou seja, a ação política ou militante da socióloga, por isso aparecem aqui unidos numa mesma seção.

A base de sua crítica ao feminismo pequeno-burguês é que, a aparência de um maior engajamento de mulheres em trabalhos remunerados extra-lar significaria maior liberdade para elas sob o capitalismo – para escolher voluntariamente suas carreiras, ou o casamento, ou a conciliação entre ambos. Segundo a autora, isso ocorreu porque o feminismo vigente no Brasil por muito tempo esteve ligado às leis e não tecia críticas ao *status quo* capitalista. Seu caráter pequeno-burguês não percebia os “limites dentro dos quais poderá variar a condição social da mulher de modo a manter o equilíbrio social” (SAFFIOTI, 1976, p. 308), impostos pelo modo de produção vigente.

Ela constatou a ligação direta entre movimentos feministas e as classes sociais, essas determinantes para a formação daqueles, o que direcionava os esforços de liberação para grupos muito específicos de mulheres. Saffioti indicou que a maioria das militantes do movimento eram de camadas médias da sociedade, apartadas das problemáticas enfrentadas pelas mulheres proletarizadas ou pertencentes ao *lumpemproletariado*. Desse modo, por terem origem nas classes médias, as influências feministas que atingiam as mulheres brasileiras estariam de acordo com a ideologia liberal burguesa (SAFFIOTI, 1978).

Sobre a violência de gênero, Saffioti (1994) afirma que há uma legitimação social da violência masculina contra as mulheres. A autora pede que os estudiosos, ao tratarem da temática, pensem em termos de direitos humanos e, simultaneamente, a igualdade e a diferença. Tendo a igualdade como pano de fundo, a diferença deveria ser cultivada e celebrada.

Para ela, haveria uma diferença entre dominação e a ideologia que a legitima. As ideias que atuariam na perpetuação da violência de gênero estariam subordinadas às estruturas de poder. Nesse contexto, a premissa é que as práticas precedem as ideias, e a violência representa a materialização do controle social e repressivo. Não obstante, a autora não elimina a presença de um caráter violento no plano ideacional.

Em seu estudo, Saffioti observou que, no cenário brasileiro, os conhecidos se revelaram mais perigosos do que os estranhos, em termos de violência sexual sofrida pelas mulheres. O tom feminista/militante de seu trabalho emerge quando a autora diz ser

necessário transformar a situação descrita pelas taxas estatísticas, porque seria preciso garantir que as mulheres tenham direito à vida, ou seja, o direito humano mais fundamental.

Ademais, Saffioti chama atenção para o caráter sociológico da investigação, ao afirmar que o patriarcado atua independente das vontades individuais. É enquanto membro de uma categoria de gênero em posição dominante que o homem possui privilégios, mediados por relações de classe, étnico-raciais e geracionais, produtores de variações do poder masculino sobre a mulher.

Outro aspecto a ser destacado é o fato de que a autora não considera que a vítima seja passiva. Para ela, a vítima possui vontade e “capacidade de reação, ainda que, na maioria das vezes, fique aquém do exigido para pôr fim à situação de violência” (SAFFIOTI, 1994, p. 167), exemplificando sua perspectiva analítica de que o gênero deve ser considerado a partir de um viés relacional. O que dificultaria o rompimento desse padrão de violência não seria a passividade dos sujeitos, mas sim a cronificação dessa situação, em rotina.

Apesar de indicar os limites dos benefícios do capitalismo para a situação feminina, Saffioti demonstra que a ocupação remunerada extra-lar contribuiria para a existência de menor desigualdade, em termos de violência, entre homens e mulheres. Esse é um argumento constante nos estudos de Saffioti, que vê na socialização total da mulher para o trabalho produtivo fora do ambiente doméstico, uma importante ferramenta para a liberação feminina.

À guisa de conclusão

Assim como Pinto (2014), o artigo procurou explorar o pioneirismo de Saffioti valendo-se de uma análise descritiva de alguns de seus esforços teóricos e investigativos. Seria impossível abranger a totalidade de sua obra em um artigo de poucas páginas. Do mesmo modo, por conta do espaço limitado, o artigo não pôde elucidar as limitações da autora e as críticas aos seus trabalhos.

Não obstante, vale mencionar o fato de que a forte adesão da autora ao marxismo por vezes acabou limitando seu escopo analítico. O parco desenvolvimento dos estudos de gênero no Brasil quando Saffioti começou sua trajetória de pesquisa, com certeza influenciaram algumas de suas conclusões precipitadas. Também a incipiência dos debates feministas que articulavam gênero e classe

à raça/etnia deixaram sequelas em sua obra². No entanto, é notável que uma pesquisadora, sob influência direta do marxismo, já em 1960 e em um país considerado periférico, no Sul do globo, tenha escrito um trabalho de livre-docência sobre a situação das mulheres no Brasil.

Sua nacionalidade estabelece um elo entre a socióloga feminista e a construção de um feminismo latino-americano, que pretenda analisar e superar a condição de vulnerabilidade das mulheres em sociedades capitalistas e, especialmente, de capitalismo periférico. No Brasil, ela foi a primeira mulher a escrever um estudo acadêmico sobre a dominação feminina, solidificando uma base para estudos futuros sobre a realidade brasileira, assim como para as dos países vizinhos.

Heleieth Saffioti foi pioneira, e não só no Brasil: seu livro antecedeu o pico da chamada segunda onda do feminismo, apesar de já circularem, no mundo ocidental, duas obras de grande repercussão: *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir, publicado em 1949, e a *Mística feminina*, da americana Betty Friedan, publicado em 1963 e considerado um marco do movimento feminista norte-americano (PINTO, 2014, p. 322).

Isto é, Saffioti representa, desde seu primeiro trabalho de mais fôlego, uma importante referência para a construção de um feminismo latino-americano. Mesmo que sem intenções, ao criticar o feminismo pequeno-burguês brasileiro, a autora demonstrou o problema das relações generificadas, assim como a importância de construir ação e pensamento livres das amarras neocolonialistas e classistas.

A partir da discussão descritiva apresentada nas seções desse artigo, fica evidente que a retomada dos esforços de articulação entre as categorias de gênero e classe (MIGUEL, 2017) pode avançar muito tendo Saffioti como referência central. A autora produziu uma historicização e análises sociológicas de fôlego sobre a situação das mulheres no Brasil: no contexto urbano ou no rural, em seus aspectos ideológicos e de dominação, assim como sobre as violências simbólicas e físicas sofridas pelas mulheres.

Sua obra desconstruiu muito do que se pensava sobre a realidade das mulheres sob o capitalismo, e estabeleceu um elo entre o debate marxista e o feminista no Brasil. Aqui, fica evidente que, ao desconstruir ideias e análises hegemônicas, autoras como Saffioti

² Já entre a década de 1970 e 1980, Lélia Gonzalez produzia estudos que articulavam questões raciais ao desenvolvimento do capitalismo dependente brasileiro. Mais sobre, ver artigo escrito por Barbara Araujo e publicado na revista Jacobin <<https://jacobin.com.br/2020/09/lelia-gonzalez-interprete-do-capitalismo-brasileiro/>>. Acesso em 14/09/2020.

não deixam um vazio em seu lugar. Pelo contrário, como foi exposto, elas produzem ferramentas mais úteis do que as anteriores, posteriormente complexificadas por outros(as) estudiosos(as).

Referências

ABRAMO, Lais; VALENZUELA, Maria Elena. Tempo de trabalho remunerado e não remunerado na América Latina – Uma repartição desigual. In.: ABREU, Alice Rangeu de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (Orgs). **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

FALQUET, Jules. Transformações neoliberais do trabalho das mulheres – Liberação ou novas formas de apropriação? In.: ABREU, Alice Rangeu de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (Orgs). **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

FERRANTE, Vera L.S. Botta; SAFFIOTI, Heleieth. A mulher e as contradições do capitalismo agrário. **Perspectivas**, São Paulo, v. 6, 1983, p.67-75.

GONÇALVES, Renata. O feminismo marxista de Heleieth Saffioti. **Lutas Sociais**, São Paulo, n.27, 2011, p.119-131.

MIGUEL, Luis Felipe. Voltando à discussão sobre capitalismo e patriarcado. **Estudos feministas**, Florianópolis, SC, v. 25, n.3, set./dez. 2017, p. 1219-1237.

SAFFIOTI, Heleieth. **Trabalho feminino e capitalismo**. In.: IX Congress of Ethnological and Antropological Sciences, Chicago, 1973. 45 p.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1976. p. 5-66.

SAFFIOTI, Heleieth. Violência de Gênero no Brasil Contemporâneo. In.: SAFFIOTI, Heleieth; MUÑOZ-VARGAS, Monica. **Mulher brasileira é assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; UNICEF, 1994.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Editora Moderna, 2001. 120 p.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. 151 p.